Como apoia a Cyber Crucible o cumprimento dos requisitos de proteção de dados dos EAU?

Resposta curta: A Cyber Crucible apoia o cumprimento das obrigações que a lei de proteção de dados dos EAU impõe à sua organização, com base na mesma arquitetura — recolha mínima, processamento local e opções de implementação em que os dados nunca saem do país. Um ponto específico dos EAU é importante: se a sua entidade estiver sediada no DIFC ou na ADGM, aplica-se um regime diferente do da lei federal.

O que a lei exige

O Decreto-Lei Federal n.º 45 de 2021 dos EAU estabelece o quadro federal de proteção de dados pessoais. Permite uma gama mais ampla de bases legais do que os regimes do Golfo mais centrados no consentimento, e adota uma abordagem baseada no risco e orientada para salvaguardas relativamente à transferência transfronteiriça, em vez de uma localização estrita. A implementação tem dependido dos Regulamentos de Execução — uma área que tem evoluído, pelo que deve confirmar a posição atual.

A questão das zonas francas

Isto apanha muita gente desprevenida. O DIFC (Dubai International Financial Centre) e a ADGM (Abu Dhabi Global Market) operam os seus próprios regimes de proteção de dados, separados da lei federal. Se a sua entidade estiver estabelecida em qualquer um deles, as regras aplicáveis e a autoridade de supervisão são diferentes.

Determine qual o quadro que o rege antes de avaliar qualquer fornecedor — a resposta altera o que precisa de comprovar.

O que se aplica especificamente aqui

- **Flexibilidade da base legal** — a gama mais ampla de bases significa que o raciocínio ao estilo de interesse legítimo para o processamento relacionado com segurança é, em geral, mais viável do que em regimes centrados no consentimento.

- **Salvaguardas de transferência** — a implementação regional mantém o processamento dentro dos EAU; a implementação com air-gap elimina completamente a transferência.
- **Função de subcontratante (processor)** ao abrigo de um DPA escrito, segundo as suas instruções documentadas.

> Situação à data de redação — confirme os requisitos atuais, incluindo os Regulamentos de Execução e a aplicabilidade nas zonas francas, junto de consultores jurídicos locais.

Revision #2
Created 2026-07-24 05:57:47 UTC by Dennis Underwood
Updated 2026-11-24 04:30:41 UTC by Dennis Underwood